

Dirley da Cunha Júnior

Curso de

Direito Constitucional

17^a
edição

revista
ampliada
atualizada

2023



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 - Mooca - CEP: 03113-010 - São Paulo - São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Ana Caquetti

C972c Cunha Júnior, Dirley da
Curso de Direito Constitucional / Dirley da Cunha Júnior – 17.ed., rev., atual.
e ampl. · São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

1.520 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4309-1

1. Direito Constitucional. I. Cunha Júnior, Dirley da. II. Título.

CDD 341.2

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSTITUCIONALISMO	35
1. Origem e conceito.....	35
2. Desenvolvimento.....	36
2.1. Constitucionalismo antigo.....	36
2.2. Constitucionalismo medieval	37
2.3. Constitucionalismo moderno	37
3. Neoconstitucionalismo	41
3.1. Patriotismo Constitucional.....	44
3.2. Transconstitucionalismo	45
3.3. Estado Constitucional Cooperativo	46
3.4. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano	47
3.5. O Constitucionalismo Negro.....	49
3.6. O Constitucionalismo Feminista.....	54
4. Quadro Sinótico.....	60

Capítulo II

DIREITO CONSTITUCIONAL	65
1. Origem, conceito e natureza do Direito Constitucional.....	65
2. Objeto do Direito Constitucional.....	68
3. Espécies ou Divisão do Direito Constitucional.....	68
3.1. Direito Constitucional Especial, Positivo ou Particular	68
3.2. Direito Constitucional Comparado.....	68
3.3. Direito Constitucional Geral	69
4. Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito.....	70
5. Relações do Direito Constitucional com disciplinas afins de caráter não jurídico	82
6. Fontes do Direito Constitucional.....	83
7. Quadro Sinótico.....	84

Capítulo III

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO.....	87
1. Considerações acerca do vocábulo “Constituição”	87
2. As principais teorias da Constituição.....	88
2.1. A Constituição como “garantia do <i>status quo</i> econômico e social” (Ernst Forsthoff)	89
2.2. A Constituição como um “instrumento de Governo” (W. Hennis).....	90
2.3. A Constituição como “processo público” (Peter Häberle).....	90

2.4.	A Constituição como “conjunto de normas constitutivas para a identidade de uma ordem político-social e do seu processo de realização” (R. Bäumlín)	90
2.5.	A Constituição como “programa de integração e de representação nacional” (H. Krüger)	91
2.6.	A Constituição como “ordem jurídica do processo de integração estatal” (Rudolf Smend)	91
2.7.	A Constituição como “ordem jurídica fundamental, material e aberta de uma comunidade” (Konrad Hesse)	92
2.8.	A Constituição como “legitimação do poder soberano segundo a ideia de Direito” (G. Burdeau)	92
2.9.	A Constituição como “fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes” (C. Mortati)	93
2.10.	A Constituição como “norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa” (F. Modugno)	93
2.11.	A Constituição como “totalidade, normalidade e normatividade” (H. Heller)	94
3.	Origem e conceito de Constituição	94
3.1.	Origem	94
3.2.	Conceito	95
4.	Concepções sobre a Constituição	95
4.1.	A concepção sociológica	96
4.2.	A concepção política	98
4.3.	A concepção jurídica	101
4.4.	A concepção cultural (conexão das concepções anteriores)	107
5.	Supremacia da Constituição	119
6.	A unidade normativa da Constituição	124
7.	Objeto e conteúdo das Constituições	125
8.	Classificação das Constituições	126
8.1.	Quanto ao conteúdo: <i>Material e Formal</i>	126
8.2.	Quanto à forma: <i>Escrita e Não Escrita</i>	127
8.3.	Quanto à origem: <i>Democrática e Outorgada</i>	128
8.4.	Quanto à estabilidade ou consistência ou mutabilidade: <i>Imutável, Fixa, Rígida, Flexível e Semirrígida ou Semiflexível</i>	129
8.5.	Quanto à extensão: <i>Sintética e Analítica</i>	131
8.6.	Quanto à finalidade: <i>Garantia e Dirigente</i>	131
8.7.	Quanto ao modo de elaboração: <i>Dogmática e Histórica</i>	132
8.8.	Quanto à ideologia: <i>Ortodoxa e Eclética</i>	132
8.9.	Quanto ao modo de ser (classificação ontológica): <i>Normativa, Nominal e Semântica</i>	133
8.10.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	133
9.	Estrutura das Constituições	133
10.	Elementos das Constituições	135
11.	A Constituição Dirigente	135
12.	A Constituição brasileira de 1988	144
13.	Quadro Sinótico	146

Capítulo IV

TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL	155
1. A constituição como um sistema aberto de normas	155
2. A norma constitucional: conceito e natureza	156
3. As condições de aplicabilidade da norma constitucional.....	158
4. As espécies de norma constitucional: os princípios e as regras. A “normatividade” dos princípios.....	160
4.1. A distinção entre regras e princípios em Robert Alexy	166
5. A eficácia jurídica da norma constitucional	170
5.1. O problema da eficácia das normas constitucionais.....	170
5.2. Normas constitucionais mandatórias e normas constitucionais diretórias	172
5.3. Normas constitucionais <i>self-executing</i> e <i>not self-executing</i>	173
5.4. A classificação da doutrina italiana.....	175
5.5. A classificação de J. H. Meirelles Teixeira.....	176
5.6. A classificação de José Afonso da Silva	177
5.7. A classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres de Britto.....	181
5.8. A classificação de Maria Helena Diniz.....	182
5.9. Reflexões acerca das classificações examinadas e tomada de posição pessoal	183
5.10. Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas.....	185
5.11. Distinção entre Retroatividade Máxima, Média e Mínima.....	190
5.12. Derrotabilidade das Normas Jurídicas.....	191
6. Os princípios constitucionais	192
6.1. Tipologia de princípios constitucionais.....	195
6.2. Sistema interno de princípios e regras constitucionais: uma hierarquia axiológica dos princípios constitucionais.....	196
6.3. Hierarquia de princípios.....	197
7. Quadro Sinótico.....	199

Capítulo V

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	203
1. Hermenêutica e interpretação jurídica.....	203
2. Interpretação jurídica e interpretação constitucional. A especificidade da interpretação constitucional	206
3. As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito norte-americano	207
3.1. Interpretação constitucional e criação judicial do Direito	208
4. Métodos de interpretação constitucional	219
4.1. Método jurídico ou hermenêutico-clássico	219
4.2. Método tópico-problemático	220
4.3. Método hermenêutico-concretizador	221
4.4. Método científico-espiritual	222
4.5. Método normativo-estruturante	223
4.6. Método da interpretação comparativa.....	223
5. Princípios de interpretação constitucional	224

5.1. Princípio da unidade da Constituição	224
5.2. Princípio do efeito integrador	225
5.3. Princípio da máxima efetividade	226
5.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional	226
5.5. Princípio da concordância prática ou da harmonização	227
5.6. Princípio da força normativa da Constituição	228
5.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	228
5.8. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	230
5.9. Princípio da interpretação conforme a Constituição	231
6. A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição de Peter Häberle	232
7. Quadro Sinótico	232

Capítulo VI

PODER CONSTITUINTE	237
1. Considerações preliminares	237
2. Conceito	238
3. O Poder Constituinte e o pensamento de Sieyès	239
4. Natureza	240
5. Titularidade e exercício do Poder Constituinte	242
6. Espécies de Poder Constituinte: Originário e Derivado	244
7. Poder Constituinte Originário	244
7.1. Conceito	244
7.2. Características	245
7.3. Formas de manifestação	246
7.4. Poder Constituinte Material e Poder Constituinte Formal	247
8. Poder Constituinte Derivado	247
8.1. Conceito	247
8.2. Características	248
8.3. Espécies	248
8.4. Poder Constituinte Reformador	248
8.4.1. Conceito	248
8.4.2. Limitações	249
8.4.3. Processo Legislativo de Emenda à Constituição: processo de reforma constitucional	254
8.4.4. Controle de constitucionalidade da reforma constitucional	256
8.5. Poder Constituinte Decorrente	256
9. Mutação constitucional	258
10. Direito Constitucional intertemporal	259
10.1. Princípio da Recepção	259
10.2. Repristinação	260
10.3. Desconstitucionalização	260
11. Quadro Sinótico	261

Capítulo VII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	267
1. Considerações iniciais.....	268
2. Conceito e pressupostos do Controle de Constitucionalidade	268
2.1. Conceito	268
2.2. Pressupostos.....	269
2.2.1. A Constituição escrita e formal.....	270
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema	270
2.2.3. A previsão de um órgão competente	271
3. Antecedentes históricos e evolução do controle de constitucionalidade.....	272
3.1. O sistema “americano” da <i>judicial review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o <i>leading case</i> William Marbury v. James Madison	274
3.2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen.....	283
3.3. O sistema francês de controle de constitucionalidade e as alterações advindas da Reforma Constitucional de 23 de julho de 2008	290
3.3.1. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	291
3.3.1.1. Composição do Conselho Constitucional	291
3.3.1.2. Competência do Conselho Constitucional.....	292
3.3.2. O Controle Preventivo de Constitucionalidade na França	293
3.3.3. O Controle Repressivo de Constitucionalidade na França e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC)	293
3.3.4. Considerações finais.....	296
3.4. A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil.....	296
3.4.1. A Constituição de 1824	296
3.4.2. A Constituição de 1891	297
3.4.3. A Constituição de 1934	298
3.4.4. A Constituição de 1937	299
3.4.5. A Constituição de 1946	300
3.4.6. A Constituição de 1967/1969.....	300
3.4.7. A Constituição de 1988	301
4. Modelos de controle de constitucionalidade.....	303
4.1. Quanto ao parâmetro do controle	303
4.2. Quanto ao objeto do controle	306
4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	306
4.4. Quanto à natureza do órgão com competência para o controle.....	308
4.5. Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	309
4.6. Quanto ao modo de manifestação do controle.....	310
4.7. Quanto à finalidade do controle	312
5. Controle difuso de constitucionalidade	312
5.1. O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional	312

5.2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	313
5.3.	A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	315
5.4.	A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade ..	315
5.5.	O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	319
5.6.	Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade	321
5.7.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal	324
6.	Controle concentrado de constitucionalidade	335
6.1.	O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	335
6.2.	Conceito e tipos de inconstitucionalidade.....	336
6.3.	A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as Ações Diretas.....	341
7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	345
7.1.	Origem, conceito e finalidade	345
7.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	346
7.3.	Competência	352
7.4.	Parâmetro e objeto.....	356
7.5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99.....	366
7.5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	367
7.5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade	368
7.5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	370
7.6.	Decisão e efeitos	371
7.6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais.....	376
7.6.2.	Técnicas de decisão e efeitos	378
8.	A Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	381
8.1.	Origem e generalidades	381
8.2.	Natureza, finalidade e procedimento.....	382
8.2.1.	Possibilidade de medida cautelar na ADI por omissão.....	384
8.3.	Legitimidade <i>ad causam</i> e competência	385
8.4.	Parâmetro e objeto.....	385
8.4.1.	A omissão inconstitucional: conceito e características.....	386
8.4.2.	Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	388
8.4.3.	A omissão inconstitucional e suas modalidades	389
8.4.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial.....	389
8.4.3.2.	Omissão inconstitucional formal e material	393
8.4.3.3.	Omissão inconstitucional absoluta e relativa	394
8.4.4.	As omissões controláveis	394
8.4.5.	A omissão inconstitucional no Direito Comparado.....	395
8.5.	Decisão e seus efeitos.....	398
8.6.	Distinções entre a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão e o Mandado de Injunção	405

9. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação Interventiva)	407
9.1. Origem, conceito e finalidade	407
9.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	409
9.3. Competência	410
9.4. Parâmetro e objeto	410
9.5. Procedimento. A Lei nº 12.562/2011	412
9.6. Da medida liminar	413
9.7. Decisão e efeitos	414
10. Ação Declaratória de Constitucionalidade	415
10.1. Origem, conceito e finalidade	415
10.2. Legitimidade <i>ad causam</i>	416
10.3. Competência	417
10.4. Parâmetro e objeto	417
10.5. Procedimento. A Lei nº 9.868/99	417
10.6. Decisão e efeitos	419
11. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	419
11.1. Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto	419
11.2. A parametricidade da arguição de descumprimento: os Preceitos Constitucionais Fundamentais	424
11.3. Conceito de “descumprimento” na arguição	428
11.4. Modalidades da arguição de descumprimento	429
11.5. Arguição direta ou autônoma	430
11.5.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	431
11.5.2. Competência	435
11.5.3. Procedimento. A Lei nº 9.882/99	436
11.5.4. Medida liminar	438
11.5.5. Objeto. Os atos ou omissões controláveis	439
11.5.5.1. Atos normativos	440
11.5.5.2. Atos não normativos	441
11.5.5.3. Atos municipais	442
11.5.5.4. Atos anteriores à Constituição	443
11.5.5.5. Atos políticos	444
11.5.5.6. Projetos de leis ou de emendas constitucionais	446
11.5.5.7. Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	448
11.5.6. Decisão e seus efeitos	450
11.6. Arguição incidental	453
11.6.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	456
11.6.2. Objeto	458
11.6.3. Controvérsia constitucional relevante	459
11.7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99	460

11.8. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional	466
11.8.1. O Estado de Coisas Inconstitucional	466
11.8.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF)	467
12. Controle de Constitucionalidade nos Estados-Membros.....	468
12.1. Considerações gerais.....	468
12.2. O Controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados	468
12.3. O Controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados	472
13. Quadro Sinótico.....	477

Capítulo VIII

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	493
1. Antecedentes do constitucionalismo brasileiro	493
2. A Constituição de 1824.....	494
3. A Constituição de 1891	495
3.1. A instalação da Primeira República	495
3.2. Traços gerais da Constituição de 1891	496
4. A Constituição de 1934.....	497
4.1. A Revolução de 1930.....	497
4.2. Traços gerais da Constituição de 1934	498
5. A Constituição de 1937.....	499
5.1. O Estado Novo	499
5.2. Traços gerais da Constituição de 1937	500
6. A Constituição de 1946.....	500
7. A Constituição de 1967.....	501
7.1. O Golpe Militar de 1964	501
7.2. Traços gerais da Constituição de 1967	502
8. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69)	503
9. A Constituição de 1988.....	503
9.1. Antecedentes	503
9.2. Traços gerais e estrutura da Constituição de 1988.....	504
10. Quadro Sinótico	505

Capítulo IX

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	511
1. Considerações iniciais.....	511
2. Princípio Federativo.....	511
3. Princípio Republicano.....	514
4. Princípio do Estado Democrático de Direito	516
5. Princípio da Soberania Popular.....	517
6. Princípio da Separação de Poderes	517
6.1. O Poder político e as funções estatais.....	517

6.2. Antecedentes históricos da teoria clássica da separação das funções estatais	519
6.3. A separação das funções estatais nas Constituições brasileiras	523
6.4. A separação das funções estatais ante uma nova dogmática constitucional: a necessidade de uma revisão da teoria clássica da separação de Poderes	525
7. Princípios Fundamentos do Estado brasileiro	528
8. Princípios Objetivos Fundamentais do Estado brasileiro	530
9. Princípios regentes das relações internacionais	531
10. Quadro Sinótico	532

Capítulo X

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	535
1. Considerações iniciais	535
2. Delimitação terminológica e conceitual dos direitos fundamentais. Em busca de um conceito constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais	536
3. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek e as funções dos direitos fundamentais	543
3.1. Função de defesa ou de liberdade	545
3.2. Função de prestação	546
3.3. Função de proteção perante terceiros	548
3.4. Função de não discriminação	549
4. Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais	549
4.1. Considerações iniciais	549
4.2. As Declarações de Direitos	555
4.2.1. A Magna Carta	556
4.2.2. A Petition of Rights	558
4.2.3. O Habeas Corpus Act	559
4.2.4. O Bill of Rights	559
4.2.5. O Act of Settlement	560
4.2.6. A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia	561
4.2.7. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	563
4.2.8. A Declaração Universal dos Direitos do Homem	566
4.3. A evolução dos direitos fundamentais: os direitos fundamentais de primeira, segunda, terceira, quarta e quinta geração ou dimensão	572
4.3.1. Os direitos fundamentais de primeira dimensão: os direitos civis e políticos	575
4.3.2. Os direitos fundamentais de segunda dimensão: os direitos sociais, econômicos e culturais	576
4.3.3. Os direitos fundamentais de terceira dimensão: os direitos de solidariedade	581
4.3.4. Os direitos fundamentais de quarta dimensão: o direito à democracia direta e os direitos relacionados à biotecnologia	582
4.3.5. Os direitos fundamentais de quinta dimensão: o direito à paz	583
4.4. Considerações finais	583
5. Fundamentos dos Direitos Fundamentais	584

6. A constitucionalização das declarações de direitos, a função legitimadora dos direitos fundamentais e seu regime jurídico-constitucional reforçado	587
7. Características dos direitos fundamentais	589
8. Restrições dos direitos fundamentais.....	598
9. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	601
10. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou “eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas” ou “eficácia privada dos direitos fundamentais” ou “eficácia externa dos direitos fundamentais”)	606
11. Os direitos fundamentais e suas garantias	608
12. Quadro Sinótico	609

Capítulo XI

DOS DIREITOS E GARANTIAS

FUNDAMENTAIS	613
1. Os direitos fundamentais na constituição federal de 1988.....	613
2. Os titulares dos direitos fundamentais.....	615
3. A eficácia dos direitos fundamentais e o princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos fundamentais. significado e alcance do art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988	617
4. A concepção materialmente aberta dos direitos fundamentais na Constituição de 1988. o significado e alcance da cláusula de “abertura material ou de inesgotabilidade dos direitos fundamentais” do art. 5º, § 2º e o novo § 3º.....	626
5. A classificação dos direitos fundamentais na Constituição de 1988	639
6. O Estado de Coisas Inconstitucional como garantia de Direitos Fundamentais.....	645
7. Quadro Sinótico	649

Capítulo XII

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	653
1. Considerações iniciais.....	653
2. Direito à vida	653
3. Direito à igualdade	656
4. Direito à liberdade.....	662
4.1. Liberdade de ação e o princípio da legalidade	662
4.2. Liberdade de locomoção	663
4.3. Liberdade de opinião ou pensamento	663
4.4. Liberdade de expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	665
4.5. Liberdade de informação.....	669
4.5.1. O direito de informar e a liberdade de informação Jornalística. O direito de crítica jornalística	671
4.6. Liberdade de consciência e crença. A escusa de consciência	675
4.7. Liberdade de reunião	679
4.8. Liberdade de associação	680
4.9. Liberdade de opção profissional	682
4.9.1. Liberdade de Profissão como Direito Fundamental.....	682
4.9.2. Limitações à Liberdade de Profissão.....	683

5. Direito à privacidade.....	688
5.1. Direito à intimidade	690
5.2. Direito à vida privada.....	691
5.3. Direito à honra.....	692
5.4. Direito à imagem	693
5.5. Direito à inviolabilidade da casa	693
5.6. Direito ao sigilo de correspondências e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas	695
6. Direito de propriedade	701
6.1. Propriedade intelectual	703
6.2. Direito de herança	703
7. Direito de petição	704
8. Direito de certidão	704
9. Direito de acesso à justiça.....	705
10. Direito à segurança jurídica.....	706
10.1. Garantia do direito adquirido.....	707
10.2. Garantia do ato jurídico perfeito	708
10.3. Garantia da coisa julgada	709
11. Direito à garantia do devido processo legal	710
12. Direito às garantias do contraditório e da ampla defesa	711
13. Direito à segurança em matéria penal e processual penal	711
14. Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	735
15. Quadro Sinótico	737

Capítulo XIII

DOS DIREITOS SOCIAIS.....	745
1. Considerações iniciais.....	745
2. Direitos sociais do trabalhador	748
3. Direitos sociais da seguridade social	755
3.1. Direito à saúde.....	755
3.2. Direito à previdência social	759
3.3. Direito à assistência social.....	760
4. Direitos sociais à educação e à cultura	760
4.1. Direito à educação.....	760
4.2. Direito à cultura.....	763
5. Direito social ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	764
6. Direitos sociais da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa	765
7. A efetividade dos direitos sociais e a reserva do possível	767
8. Quadro Sinótico	775

Capítulo XIV

DO DIREITO DE NACIONALIDADE	781
1. Considerações iniciais.....	781
2. Conceito de nacionalidade.....	781

3. Espécies de nacionalidade.....	782
4. Modos de aquisição da nacionalidade	783
5. O polipátrida e o apátrida (<i>heimatlos</i>).....	783
6. Os brasileiros na constituição federal de 1988	785
6.1. Os brasileiros natos.....	785
6.2. Os brasileiros naturalizados	790
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados.....	792
8. Perda da nacionalidade brasileira.....	797
9. Reaquisição da nacionalidade brasileira	798
10. A situação dos portugueses com residência permanente no Brasil	799
11. Quadro Sinótico	800

Capítulo XV

DOS DIREITOS POLÍTICOS	803
1. Considerações iniciais.....	803
2. Modalidades de direitos políticos	804
3. Direitos políticos positivos	804
3.1. Direitos políticos ativos	804
3.2. Direitos políticos passivos	805
4. Direitos políticos negativos	808
4.1. Inelegibilidades	808
4.1.1. Inelegibilidades absolutas	809
4.1.2. Inelegibilidades relativas	809
4.1.3. Outros casos de Inelegibilidades	814
4.2. Perda e suspensão de direitos políticos.....	820
5. Dos partidos políticos	822
5.1. Conceito	823
5.2. Liberdade partidária	823
5.3. Autonomia partidária.....	824
5.4. Direitos dos partidos políticos	825
6. Quadro Sinótico	832

Capítulo XVI

DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS	835
1. Considerações gerais.....	835
2. <i>Habeas corpus</i>	835
2.1. Escorço histórico da origem do instituto.....	835
2.2. Natureza Jurídica.....	837
2.3. Espécies	837
2.4. Legitimidade <i>ad causam</i>	837
2.4.1. Legitimidade ativa	837
2.4.2. Legitimidade passiva.....	838

2.5.	Hipóteses de cabimento.....	838
2.6.	Competência	840
2.7.	Procedimento	841
3.	Mandado de segurança	842
3.1.	Conceito, delineamento constitucional e generalidades do instituto	842
3.2.	Natureza Jurídica.....	843
3.3.	Espécies	844
3.4.	Legitimidade <i>ad causam</i>	844
3.4.1.	Legitimidade ativa	844
3.4.2.	Legitimidade passiva.....	845
3.5.	Cabimento.....	846
3.6.	Objeto da impetração.....	847
3.7.	Competência	849
3.8.	Procedimento	851
3.9.	Da Medida Liminar.....	852
3.10.	Da Sentença	853
3.11.	Do Pedido de Suspensão da execução da Liminar e da Sentença.....	853
3.12.	Do Mandado de Segurança Coletivo.....	853
3.13.	Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	854
4.	Mandado de injunção.....	856
4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto.....	856
4.2.	Objeto	863
4.3.	Legitimidade ativa.....	863
4.4.	Legitimidade passiva.....	864
4.5.	Competência	866
4.6.	Decisão e seus efeitos.....	867
4.7.	Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016.....	878
5.	<i>Habeas data</i>	880
6.	Ação popular.....	882
6.1.	Considerações gerais.....	882
6.2.	Requisitos específicos da ação	883
6.3.	Finalidade da ação.....	883
6.4.	Objeto da ação popular	884
6.5.	Legitimidade <i>ad causam</i>	885
6.5.1.	Legitimidade ativa	885
6.5.2.	Legitimidade passiva.....	885
6.6.	Competência	886
6.7.	Liminar, sentença e coisa julgada	886
7.	Ação civil pública.....	887
8.	Quadro Sinótico.....	894

Capítulo XVII

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	897
1. O princípio federativo e o Estado Federal.....	897
1.1. Estado Federal e Estado Unitário	898
1.2. Estado Federal e Estado Regional	898
1.3. Estado Federal e Confederação de Estados	898
1.4. Características comuns do Estado Federal	898
1.5. Estado Federal e tipos de Federalismo	901
2. O federalismo brasileiro	901
2.1. Origem e evolução histórica do federalismo brasileiro	901
2.2. A Organização Política do Estado brasileiro.....	902
3. A repartição de competência	902
3.1. O princípio da predominância do interesse	903
3.2. Técnicas de repartição de competência	903
4. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988	903
4.1. A repartição horizontal de competência. Técnicas	904
4.2. A repartição vertical de competência	905
5. Competências e sua classificação	905
5.1. Competência legislativa	905
5.2. Competência não legislativa ou material	905
5.3. Outras competências.....	905
6. A união	906
6.1. A posição da União na Federação.....	906
6.2. Brasília: sede do governo da União.....	906
6.3. Bens da União.....	907
6.4. Competência material da União	910
6.4.1. Competência material exclusiva da União	910
6.4.2. Competência material comum da União	916
6.5. Competência legislativa da União	918
6.5.1. Competência legislativa privativa da União. A delegação de competência aos Estados	918
6.5.2. Competência legislativa concorrente da União	926
7. Os estados federados	930
7.1. A posição dos Estados-membros na Federação. O poder constituinte decorrente das Assembleias Legislativas.....	930
7.2. Competência material (exclusiva e comum).....	932
7.3. Competência legislativa (exclusiva e concorrente). A competência suplementar	932
7.4. Bens dos Estados.....	933
7.5. Dos Deputados Estaduais e Governadores	933
8. O distrito federal	935
8.1. A posição do Distrito Federal na Federação e suas competências	935
9. Os municípios	936

9.1. O Município nas Constituições anteriores	937
9.1.1. O Município na Constituição do Império	937
9.1.2. O Município na Constituição de 1891	937
9.1.3. O Município na Constituição de 1934	938
9.1.4. O Município na Constituição de 1937	938
9.1.5. O Município na Constituição de 1946	939
9.1.6. O Município na Constituição de 1967	939
9.2. As competências do Município na Constituição Federal de 1988.....	940
9.2.1. A competência legislativa.....	943
9.2.2. A competência material	945
10. Os territórios federais	948
10.1. Natureza.....	948
10.2. Organização	948
11. Intervenção.....	948
11.1. Conceito	949
11.2. Intervenção Federal	949
11.3. Intervenção Estadual	953
11.4. Formalidades comuns.....	953
12. A administração Pública	954
12.1. Conceito	954
12.2. Organização	956
12.2.1. Administração direta.....	957
12.2.2. Administração indireta	958
12.3. Regime jurídico-administrativo e os princípios constitucionais da Administração Pública.....	959
12.3.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado ...	961
12.3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público	963
12.3.3. Princípio da Legalidade.....	964
12.3.4. Princípio da Impessoalidade	964
12.3.4.1. Princípio da Intranscendência Subjetiva da Sanção	965
12.3.5. Princípio da Moralidade.....	966
12.3.6. Princípio da Publicidade	969
12.3.7. Princípio da Eficiência.....	971
12.3.8. Princípio da Finalidade Pública.....	972
12.3.9. Princípio da Presunção de Legitimidade	973
12.3.10.Princípio da Autotutela	973
12.3.11.Princípio do Controle Judicial dos Atos Administrativos.....	975
12.3.12.Princípio da Motivação.....	976
12.3.13.Princípio da Responsabilidade do Estado.....	977
12.3.14.Princípio do acesso universal aos cargos, empregos e funções públicas.....	977
12.3.15.Princípio do prévio concurso público para acesso aos cargos e empregos públicos	978
12.3.15.1. Concurso público e pessoa com deficiência	985
12.3.16.Princípio da obrigatoriedade da licitação	986

12.4. Dos Servidores Públicos	987
12.4.1. Agentes Públicos.....	987
12.4.2. Espécies de Agentes Públicos	988
12.4.2.1. Agentes políticos.....	988
12.4.2.2. Agentes ou servidores administrativos do Estado	988
12.4.2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	998
12.4.3. Direitos dos trabalhadores extensivos aos servidores públicos. O direito à livre associação sindical e o direito de greve.....	998
12.4.4. Remuneração e subsídio do servidor	1001
12.4.5. Estabilidade do servidor	1013
12.4.6. Previdência do servidor	1016
12.5. Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1035
12.6. Das Regiões.....	1037
13. Quadro Sinótico	1038

Capítulo XVIII

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	1051
1. As funções do Estado e a separação de poderes	1051
2. Do poder legislativo	1054
2.1. Órgãos do Poder Legislativo	1054
2.1.1. Órgãos do Poder Legislativo da União: O Congresso Nacional. O Bicameralismo. As Casas Legislativas e a composição do C.N.	1054
2.1.1.1. Sistema Proporcional <i>versus</i> Voto Distrital.....	1057
2.1.2. Órgãos do Poder Legislativo dos Estados: as Assembleias Legislativas dos Estados e a Câmara Legislativa do DF. Composição	1058
2.1.3. Órgãos do Poder Legislativo dos Municípios: as Câmaras de Vereadores dos Municípios. Composição.....	1059
2.2. Organização interna do Poder Legislativo.....	1063
2.2.1. A Mesa Diretora	1064
2.2.2. As Comissões Parlamentares	1065
2.2.2.1. Comissões Permanentes	1066
2.2.2.2. Comissões Temporárias	1067
2.2.2.3. Comissões Mistas.....	1067
2.2.2.4. Comissões de Inquérito.....	1067
2.2.2.5. Representativa	1076
2.2.3. A Polícia Legislativa e Órgãos Administrativos	1076
2.3. O funcionamento dos Órgãos do Poder Legislativo	1076
2.3.1. A Legislatura	1076
2.3.2. As Sessões legislativas.....	1077
2.3.2.1. Sessão Legislativa Ordinária	1077
2.3.2.2. Sessão Legislativa Extraordinária	1077
2.3.3. As Sessões	1078
2.3.3.1. Ordinárias	1078
2.3.3.2. Extraordinárias.....	1078
2.3.4. As Sessões preparatórias	1079

2.4.	As atribuições do Congresso Nacional	1080
2.4.1.	Competências Legislativas do Congresso Nacional	1080
2.4.2.	Competências Políticas do Congresso Nacional	1082
2.5.	As atribuições da Câmara dos Deputados (art. 51)	1089
2.6.	As atribuições do Senado Federal (art. 52)	1090
2.7.	Quórum para deliberações (art. 47)	1093
2.8.	O Processo Legislativo	1094
2.8.1.	Conceito e objeto. As espécies de atos legislativos	1094
2.8.2.	Atos do processo legislativo	1101
2.8.2.1.	Iniciativa legislativa	1102
2.8.2.2.	Emendas parlamentares	1104
2.8.2.3.	Votação	1107
2.8.2.4.	Sanção e veto	1108
2.8.2.5.	Promulgação e publicação	1110
2.9.	Procedimentos legislativos	1110
2.9.1.	Procedimento legislativo ordinário	1110
2.9.2.	Procedimento legislativo sumário	1111
2.9.3.	Procedimentos legislativos especiais	1112
2.10.	Dos Deputados e dos Senadores	1112
2.10.1.	Prerrogativas	1112
2.10.1.1.	As imunidades	1112
2.10.1.2.	O privilégio de foro por prerrogativa da função	1120
2.10.1.3.	Isenção do serviço militar	1123
2.10.1.4.	Manutenção das prerrogativas durante os Estados de Exceção	1123
2.10.2.	Incompatibilidades	1124
2.10.3.	Perda do mandato	1125
2.10.3.1.	Cassação	1125
2.10.3.2.	Extinção	1126
2.11.	Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas	1130
2.11.1.	Dos Tribunais de Contas	1135
2.11.1.1.	Do Tribunal de Contas da União	1136
2.11.1.2.	Do Tribunal de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1136
3.	Do poder executivo	1137
3.1.	Sistemas de governo	1138
3.1.1.	Parlamentarismo	1138
3.1.2.	Presidencialismo	1140
3.2.	O Poder Executivo no Brasil e o Presidente da República	1141
3.3.	Eleição do Presidente da República	1142
3.4.	Substituição e sucessão do Presidente da República	1143
3.5.	Atribuições do Presidente da República	1146
3.6.	Responsabilidade do Presidente da República	1149
3.7.	Prerrogativas do Presidente da República	1153
3.8.	Auxiliares do Presidente da República	1155

3.9.	Órgãos de Consulta do Presidente da República.....	1156
3.9.1.	Conselho da República	1157
3.9.2.	Conselho de Defesa Nacional	1157
4.	Do poder judiciário	1158
4.1.	A função jurisdicional do Estado.....	1158
4.2.	Órgãos do Poder Judiciário.....	1159
4.3.	O Estatuto da Magistratura.....	1160
4.4.	As Garantias do Poder Judiciário.....	1168
4.4.1.	Garantias funcionais do Poder Judiciário.....	1168
4.4.2.	Garantias institucionais do Poder Judiciário	1171
4.5.	Quinto Constitucional	1174
4.6.	Regime Constitucional dos Precatórios	1175
4.7.	Do Supremo Tribunal Federal	1196
4.8.	Do Conselho Nacional de Justiça	1219
4.9.	Do Superior Tribunal de Justiça	1225
4.10.	Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais	1234
4.11.	Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho.....	1249
4.12.	Dos Tribunais e Juízes Eleitorais.....	1263
4.13.	Dos Tribunais e Juízes Militares.....	1265
4.14.	Dos Tribunais e Juízes dos Estados.....	1270
4.15.	Dos Juizados Especiais	1272
5.	Das funções essenciais à justiça	1274
5.1.	Do Ministério Público.....	1274
5.1.1.	Histórico.....	1274
5.1.2.	O Ministério Público no Brasil pré-Constituição de 1988	1275
5.1.3.	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988.....	1276
5.1.4.	Princípios institucionais	1280
5.1.4.1.	Unidade	1280
5.1.4.2.	Indivisibilidade	1280
5.1.4.3.	Independência funcional.....	1280
5.1.5.	Garantias e impedimentos dos membros do Ministério Público	1281
5.1.6.	Funções institucionais.....	1282
5.1.7.	Conselho Nacional do Ministério Público	1284
5.1.8.	O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	1285
5.2.	Da Advocacia Pública	1286
5.3.	Da Advocacia.....	1289
5.4.	Da Defensoria Pública.....	1292
6.	Quadro Sinótico	1299

Capítulo XIX

DA DEFESA DO ESTADO

E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 1317

1.	Considerações gerais.....	1317
2.	Do sistema Constitucional das crises e dos estados de exceção	1317

2.1. Do Estado de Defesa	1318
2.2. Do Estado de Sítio	1319
2.3. Das disposições comuns aos Estados de Defesa e de Sítio	1321
3. Das forças armadas	1321
4. Da segurança pública	1325
5. Quadro Sinótico	1329

Capítulo XX

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO	1331
1. Do sistema tributário nacional	1331
1.1. Dos Tributos: Noção de Tributo. Obrigação Tributária, Hipótese de Incidência Tributária e Fato Imponível do Tributo. Base de Cálculo e Alíquota	1331
1.2. A competência tributária	1338
1.2.1. Técnicas de repartição da competência tributária	1339
1.2.2. Limites ao exercício da competência tributária	1339
1.3. Classificação dos Tributos	1340
1.4. O imposto	1343
1.4.1. Impostos reais e pessoas	1344
1.4.2. Impostos diretos e indiretos	1344
1.4.3. Impostos em espécies	1344
1.4.3.1. Impostos da União	1345
1.4.3.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal	1347
1.4.3.3. Impostos dos Municípios	1350
1.5. A taxa	1352
1.5.1. A irrelevância da destinação do produto arrecadado	1353
1.5.2. A taxa e o preço (tarifa)	1354
1.6. A Contribuição de Melhoria	1355
1.7. Os Empréstimos Compulsórios	1356
1.8. As Contribuições sociais	1358
1.8.1. As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico	1359
1.8.2. As contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas, como instrumento da atuação da União nas respectivas áreas	1360
1.8.3. As contribuições sociais da seguridade social	1361
1.9. Das Limitações ao Poder de Tributar	1362
1.9.1. O Princípio da Legalidade Tributária	1363
1.9.2. Princípio da Igualdade Tributária	1365
1.9.3. Princípio da Capacidade Contributiva	1365
1.9.4. Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária	1365
1.9.5. Princípio da Anterioridade	1367
1.9.6. O Princípio da Não Cumulatividade	1368
1.9.7. Princípio da Seletividade	1370
1.9.8. Princípio da vedação do confisco	1371
1.9.9. Princípio da Imunidade recíproca	1371

1.9.10.	As imunidades dos templos de qualquer culto.....	1373
1.9.11.	As imunidades dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	1374
1.9.12.	As imunidades dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.....	1374
1.9.13.	As imunidades dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham	1376
1.9.14.	Outras limitações.....	1376
1.10.	Da repartição das receitas tributárias	1376
2.	Das finanças públicas.....	1381
2.1.	Considerações gerais.....	1381
2.2.	Dos Orçamentos	1384
2.3.	A Emenda Constitucional 109/2021, o Ajuste Fiscal de Vedações e o Estado de Calamidade Pública de Âmbito Nacional.....	1393
2.4.	A Emenda Constitucional nº 95/2016 e o Novo Regime Fiscal da União.....	1396
2.4.1.	Alcance do Novo Regime Fiscal	1396
2.4.2.	Limites de despesas estabelecidos pelo Novo Regime Fiscal	1397
2.4.3.	Exceções ao teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1399
2.4.4.	Sanções por descumprimento do teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal.....	1401
2.4.5.	Saúde e educação e o teto estabelecido pelo Novo Regime Fiscal	1402
2.4.6.	Considerações finais.....	1403
2.5.	A Emenda Constitucional nº 106/2020 e o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações durante da pandemia da COVID-19 – Orçamento de Guerra.....	1403
3.	Quadro Sinótico	1405

Capítulo XXI

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	1413
1. Conceito de ordem	1413
2. Ordem econômica	1413
2.1. Ordem Econômica e Constituição Econômica	1414
2.2. A Ordem Econômica nas Constituições brasileiras.....	1416
2.3. Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	1417
2.4. Da Política Urbana.....	1426
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	1427
2.5. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.....	1429
2.5.1. Desapropriação para fins de reforma agrária.....	1430
3. Do sistema financeiro nacional	1433
4. Quadro Sinótico	1434

Capítulo XXII

DA ORDEM SOCIAL	1437
1. Considerações gerais.....	1437
2. Objetivos	1437
3. Da seguridade social	1438
3.1. Saúde	1441
3.2. Previdência social.....	1446
3.3. Assistência social.....	1455
4. Da educação, da cultura e do desporto	1457
4.1. Da educação	1457
4.2. Da cultura.....	1467
4.3. Do desporto	1468
5. Da ciência, tecnologia e inovação	1468
6. Da comunicação social.....	1470
7. Do meio ambiente	1472
8. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e da pessoa idosa.....	1486
8.1. Da família	1486
8.2. Da criança, do adolescente e do jovem	1489
8.3. Da pessoa idosa	1492
9. Dos Povos Indígenas	1493
10. Quadro Sinótico	1495
BIBLIOGRAFIA	1503